



Este boletim de pesquisa faz parte de uma série cujo objetivo é compreender o debate atual que conecta crianças, adolescentes e jovens às mudanças climáticas e seus impactos. A série se baseia nos artigos organizados na base de dados bibliográficos **“Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)”**; e em relatórios produzidos por organizações brasileiras, internacionais e multilaterais, entre 2015 e 2025, também disponíveis na referida base.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da FAPERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022). Nele, analisamos diferentes aspectos da participação cidadã e do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil.

E se conecta ao estudo de caso “Que clima é esse? Juventudes pela justiça climática”, que faz parte da “Parceria Internacional e Canadense sobre os Direitos das Crianças” (ICCRP em inglês), coordenada, em âmbito internacional, pela professora Tara Collins (Toronto Metropolitan University/ Canadá) e, no Brasil, pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/CIESPI/Brasil). Nele, buscamos abordar o tema das mudanças climáticas de forma amigável, despertando o interesse dos mais jovens<sup>1</sup>.

Mais informações sobre os projetos podem ser encontradas em: [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).

Autora: Carolina Terra | Editoras: Irene Rizzini e Renata Brasil

## 1.0 - Introdução

As discussões internacionais sobre mudanças climáticas têm se ampliado de forma expressiva nos últimos anos, acompanhando o aprofundamento das evidências científicas apresentadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023) e a crescente mobilização de crianças, adolescentes e jovens em escala global.

Conforme explicitado no número um desta série de boletins, entendemos que o termo “mudanças climáticas” refere-se a alterações no estado do clima identificáveis por análises estatísticas, decorrentes da modificação da média ou da variabilidade de seus elementos, e que persistem ao longo de longos períodos, geralmente décadas ou mais. Essa definição contempla tanto processos naturais internos ao sistema climático quanto influências externas, mas destaca que as transformações mais intensas observadas nas últimas décadas estão associadas às ações humanas que alteram a composição da atmosfera e o uso da terra (IPCC, 2023).

Da mesma forma, seguimos a definição de justiça climática adotada anteriormente, entendida como abordagem que conecta desenvolvimento, direitos humanos e proteção das populações mais vulneráveis, buscando assegurar uma distribuição equitativa dos riscos, dos impactos e das responsabilidades associados à crise climática (IPCC, 2023).

É à luz desses marcos conceituais que examinamos 207 artigos sobre o tema, publicados em língua inglesa, entre 2020 e 2024. Este boletim apresenta uma síntese das tendências, debates e perspectivas identificados a partir da base de dados “Crianças, Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020–2024)”. As publicações internacionais oferecem um panorama heterogêneo, que articula dimensões científicas, educacionais, políticas e territoriais da crise climática, evidenciando como crianças, adolescentes e jovens têm sido representados, mobilizados e pesquisados no debate global.

## 2.0 - Metodologia

A metodologia descrita nesta seção refere-se especificamente ao recorte temático sobre mudanças climáticas e justiça climática desenvolvido para este boletim<sup>2</sup>. A busca bibliográfica foi realizada na plataforma Periódicos CAPES<sup>3</sup>, entre 2020 e 2024, contemplando artigos publicados em inglês. Foram considerados apenas os periódicos de acesso aberto. As buscas combinaram os termos "*climate change*" e "*climate justice*" com "*children*", "*child*", "*childhood*" e "*youth*".

Devido à extensão dos resultados obtidos na busca em inglês, foi aplicado o filtro "palavra-chave no título", disponível na própria plataforma Periódicos da CAPES, a fim de refinar os resultados e garantir maior precisão temática na seleção dos artigos incluídos na base. Foram excluídos os textos que não se enquadravam no formato de artigo científico e aqueles que não dialogavam com a temática ou com a faixa etária definida. Adotou-se, ainda, o filtro de artigos revisados por pares, a fim de assegurar maior rigor metodológico e científico ao material analisado.

A terminologia etária utilizada neste estudo segue as definições estabelecidas em marcos legais nacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990). Já a Política Nacional de Juventude define como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2005).

É importante ressaltar que este levantamento apresenta limitações decorrentes do recorte metodológico adotado. Embora a plataforma Periódicos CAPES reúna uma ampla variedade de publicações, o presente estudo considerou apenas artigos científicos de acesso aberto e revisados por pares, publicados entre 2020 e 2024. A escolha desse período foi intencional, concentrando a análise em produções mais recentes, que refletem o momento de intensificação dos debates sobre crise climática e justiça socioambiental no contexto pós-pandêmico. Esse intervalo permite captar as abordagens contemporâ-

neas que emergem em resposta a novos desafios globais, políticas públicas e mobilizações sociais em torno da agenda climática. Essa decisão, ainda que limite a observação de tendências históricas de longo prazo, possibilita uma leitura atualizada das principais orientações conceituais e metodológicas presentes na literatura recente.

Além disso, o foco em artigos de acesso aberto e revisados por pares visa garantir maior comparabilidade e rigor metodológico, embora implique a exclusão de outras formas relevantes de produção, como teses, dissertações, livros, capítulos de livros e anais de eventos. Ainda assim, o conjunto analisado oferece um panorama representativo das discussões atuais sobre mudanças climáticas e justiça climática, servindo como base para futuras ampliações e cruzamentos com outras fontes e formatos de publicação.

## 3.0 - Principais destaques

A partir da análise dos 207 artigos publicados em língua inglesa entre 2020 e 2024, foi possível identificar um conjunto de tendências conceituais e analíticas que atravessam a produção internacional recente sobre crianças, adolescentes, jovens e mudanças climáticas. Esses estudos organizam-se em torno de debates que articulam educação ambiental, experiências emocionais e psicossociais, participação juvenil, justiça climática, desigualdades territoriais e metodologias de pesquisa. A seguir, apresentamos os eixos temáticos que sintetizam esses temas, destacando convergências, tensões e perspectivas teóricas que estruturam o campo.

### 3.1 - Agência e participação de crianças, adolescentes e jovens nas questões climáticas

Entre os estudos dedicados às formas de engajamento político e ambiental das novas gerações, observa-se um conjunto expressivo de produções que reconhece crianças, adolescentes e jovens como sujeitos que interpretam, questionam e intervêm nos debates sobre a crise climática. Essas pesquisas dis-

cutem como a ação política juvenil se estrutura em espaços diversos, das escolas aos movimentos globais, e enfatizam que as novas gerações desempenham papel ativo na reconfiguração das agendas climáticas contemporâneas (Boulianne, Lalancette e Ilkiw, 2020; Thew, Middlemiss e Paavola, 2020).

Essas investigações compreendem a agência não como atributo individual, mas como prática situada em redes sociais, escolares, comunitárias e digitais. Destacam que processos de participação emergem de interações cotidianas, experiências territoriais e dinâmicas intergeracionais, e que a legitimidade da voz das novas gerações depende de condições materiais e simbólicas que moldam possibilidades de ação. Esse enfoque enfatiza que a participação se constitui como construção social atravessada por desigualdades, reconhecimento e disputas políticas (Mackay, Parlle e Karsgaard, 2020; Bowman e Pickard, 2021; Wielk e Standlee, 2021).

Essa abordagem é reforçada por produções que investigam tanto o envolvimento de estudantes em mobilizações internacionais quanto a inserção de crianças e adolescentes em metodologias participativas que favorecem a expressão de suas percepções, experiências e posicionamentos sobre ambiente e clima. Tais pesquisas evidenciam que crianças e jovens se engajam por meio de protestos, mobilizações digitais, processos colaborativos e iniciativas comunitárias, ampliando repertórios de ação e consolidando modos próprios de leitura e intervenção na crise climática (Ritchie, 2020; Trott e Weinberg, 2020; Yona et al., 2020).

### **3.2 - Justiça climática, direitos e responsabilização**

As produções sobre justiça climática destacam que a distribuição desigual de riscos e impactos ambientais recai de forma acentuada sobre populações historicamente vulnerabilizadas, incluindo crianças, adolescentes e jovens. Essa discussão ressalta que desigualdades econômicas, sociais e territoriais estruturam a forma como grupos juvenis vivenciam

a crise climática, reforçando a urgência de abordagens que articulem justiça ambiental e proteção de direitos (Fambasayi e Addaney, 2021; Thew, Middlemiss e Paavola, 2020).

Outra vertente importante enfatiza a justiça intergeracional como fundamento ético e político para a proteção climática. Nessa abordagem, a crise é entendida como disputa por futuros possíveis e como campo que envolve obrigações morais e jurídicas com gerações presentes e futuras. Estudos desse grupo discutem a necessidade de reconhecer crianças e jovens como titulares de direitos e como grupos que devem ser considerados na formulação de políticas de mitigação e adaptação (Lewis, 2021; Kotzé e Knappe, 2022).

As análises sobre litigância climática reforçam essa perspectiva ao examinar como processos judiciais mobilizam argumentos de proteção intergeracional e responsabilidade estatal. Esses estudos mostram que ações judiciais se tornaram instrumentos estratégicos para reivindicar ação governamental e ampliar o debate público sobre justiça climática, trazendo crianças e jovens para o centro de disputas jurídicas e sociopolíticas (Daly, 2024; Aiello e Di Martino, 2024; Trott, 2024).

### **3.3 - Saúde mental**

As discussões sobre saúde mental e clima destacam que crianças, adolescentes e jovens vivenciam a crise climática como experiência emocional marcada por medo, angústia, tristeza e incertezas sobre o futuro. Essas produções abordam fenômenos como ecoansiedade e sofrimento climático como respostas a riscos percebidos, desconfiança institucional e sensação de falta de controle, indicando que as emoções são parte constitutiva da relação das novas gerações com o clima (Hickman et al., 2021; Vercammen et al., 2023).

Outros estudos reforçam que essas experiências emocionais são socialmente distribuídas e atravessadas por desigualdades, condições territoriais e vínculos comunitários. Nessa perspectiva, sofrimen-

to e preocupação climática são influenciados por contextos de vulnerabilidade, expondo como identidades coletivas, pertencimentos raciais e experiências históricas de exclusão moldam as vivências emocionais da crise (Lykins et al., 2023; Brown et al., 2024).

Há ainda produções que associam emoções ao engajamento sociopolítico, considerando que sentimentos negativos podem gerar mobilização, ação coletiva e busca por alternativas de futuro, desde que existam espaços de acolhimento e construção de sentido compartilhado. Essa literatura evidencia que as respostas emocionais ao clima estão imbricadas à agência política e às formas de participação juvenil (Vergunst et al., 2024; Zurba et al., 2024; Provenzi et al., 2024; Kotera et al., 2024; Squires et al., 2024).

### **3.4 - Territorialidade, povos indígenas e desigualdades**

As produções que tratam de territorialidade destacam que a crise climática é vivenciada de forma heterogênea, sendo atravessada por desigualdades históricas, étnicas e socioambientais. Estudos que analisam povos e comunidades indígenas mostram que crianças e jovens desses grupos experienciam o clima em contextos marcados por colonialidade, racismo ambiental e disputas por território, evidenciando que a crise climática opera como continuidade de processos de expropriação e violência (Ritchie, 2020; Brown et al., 2024).

Em regiões rurais, diversas pesquisas apontam que mudanças climáticas afetam práticas produtivas, modos de vida e relações comunitárias, envolvendo jovens em processos de adaptação ecológica e reorganização econômica. Nesses contextos, clima e juventude são compreendidos de forma integrada a saberes tradicionais, redes de cuidado e práticas coletivas de manejo ambiental (Vilá et al., 2020; Udas et al., 2021).

Também surgem análises que problematizam desigualdades em contextos urbanos, destacando

que vulnerabilidades ambientais se sobrepõem à precarização, falta de infraestrutura e desigualdades socioeconômicas. Essas produções mostram que as experiências climáticas de crianças e jovens são inseparáveis de condições materiais e espaciais que moldam suas vidas cotidianas (Hernández e Morote, 2022).

### **3.5 - Metodologias participativas e produção de conhecimento com crianças e jovens**

As produções que adotam metodologias participativas compreendem crianças e jovens como sujeitos ativos na construção do conhecimento sobre clima e meio ambiente. Essas abordagens valorizam a escuta, destacando que a participação se dá por meio de práticas colaborativas que desafiam o modelo tradicional de pesquisa centrado no adulto e na autoridade científica (Trott e Weinberg, 2020; Yona et al., 2020).

Nesses estudos, a participação não é apenas técnica metodológica, mas postura ética vinculada à valorização da experiência, ao reconhecimento de saberes situados e à ampliação da agência das diferentes gerações. Essas pesquisas reforçam que metodologias participativas contribuem para produzir sentidos compartilhados sobre a crise climática e fortalecem vínculos entre território, identidade e ação coletiva (Matsekoleng e Awshar, 2020; Trott e Weinberg, 2020).

Em vários destas pesquisas, a dimensão pedagógica se articula à dimensão política, entendendo que processos de escuta e colaboração ampliam possibilidades de participação e criam condições para que jovens elaborem suas próprias narrativas, disputem significados e proponham alternativas de futuro em contextos de incerteza climática (Yona et al., 2020; Ritchie, 2020).

#### 4.0 - Considerações finais: reflexões, lacunas e caminhos possíveis

A análise dos eixos temáticos permite identificar um conjunto de reflexões transversais sobre como a literatura internacional tem compreendido a presença de crianças, adolescentes e jovens nos debates contemporâneos sobre mudanças climáticas.

No primeiro eixo temático, sobre agência e participação, observa-se que a literatura reconhece a potência política de crianças, adolescentes e jovens, mas também evidencia barreiras que atravessam suas possibilidades de ação. A agência aparece como construção social situada, tensionada por relações intergeracionais e disputas de legitimidade, o que exige aprofundar análises sobre mecanismos de reconhecimento, práticas adultocêntricas e condicionantes institucionais. Os estudos mostram que jovens têm produzido repertórios inovadores de ação, mas evidenciam que sua participação, para além da mobilização, depende de condições materiais, emocionais e simbólicas que ainda carecem de maior investigação.

As discussões sobre justiça climática, presentes no segundo eixo, revelam que o campo tem avançado ao conectar desigualdades estruturais, direitos humanos e responsabilidades intergeracionais. No entanto, ainda são escassas as pesquisas que centram explicitamente crianças e jovens como sujeitos de direitos no âmbito da governança climática. Persiste uma distância entre o reconhecimento normativo de seus direitos e a sua efetiva inclusão em processos decisórios. Além disso, a literatura destaca a importância da litigância climática, mas aponta a necessidade de compreender como decisões judiciais se traduzem em transformações concretas sobre os territórios e a vida das novas gerações.

O eixo dedicado à saúde mental e às dimensões psicossociais evidencia a relevância de incorporar emoções, sofrimentos e expectativas de futuro às análises sobre clima. No entanto, o predomínio de estudos quantitativos ou focados em diagnósticos individuais pouco dialoga com determinantes soci-

ais, étnicos, raciais e territoriais do sofrimento climático. As pesquisas avançam ao reconhecer que ecoansiedade não é apenas experiência psicológica, mas expressão de condições concretas de risco e desigualdade. Ainda assim, há espaço para ampliar abordagens que articulem cuidado, comunidade, pertencimento e resistência, valorizando modos coletivos de enfrentar a crise.

As reflexões do eixo sobre territorialidade e desigualdades reforçam que a crise climática não pode ser compreendida de forma descolada dos contextos, dos marcadores sociais e das histórias que moldam a vida de crianças e jovens. No entanto, a literatura é majoritariamente situada no Norte Global e ainda pouco se debruça sobre realidades do Sul Global, da América Latina e de populações racializadas ou indígenas sob perspectivas estruturais. Essa lacuna aponta para a necessidade de fortalecer pesquisas que conectem clima, justiça ambiental, histórias de colonialidade e saberes locais.

Por fim, o eixo dedicado às metodologias participativas mostra caminhos promissores ao reconhecer crianças e jovens como coautores na produção de conhecimento sobre clima. No entanto, tais abordagens ainda são minoritárias e enfrentam desafios éticos, institucionais e epistemológicos. Persistem tensões entre participação simbólica e participação efetiva, e ainda é necessário aprofundar condições que permitam que pesquisas colaborativas não apenas registrem, mas fortaleçam formas de ação, cuidado e transformação nos territórios.

Em conjunto, esses eixos revelam um campo em expansão, mas ainda marcado por assimetrias geográficas, epistemológicas e geracionais. O fortalecimento do diálogo entre perspectivas críticas, práticas educativas contextualizadas, abordagens participativas, marcos de justiça climática e experiências emocionais e territoriais das novas gerações constitui caminho possível para consolidar uma agenda de pesquisa que responda à urgência climática com justiça e pluralidade.

## 5.0 - Referências bibliográficas

- Aiello, J. & Di Martino, E. (2024). Communicating intergenerational justice and climate change: a study of youth-generated environmental discourses. *Journal of World Languages*, 10(2), 378-400. <https://doi.org/10.1515/jwl-2024-0007>
- Boulianne, S., Lalancette, M. & Ilkiw, D. (2020). School Strike 4 Climate: Social media and the international youth protest on climate change. *Media and Communication*, 8(2), 208-218. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i2.2768>
- Bowman, B. & Pickard, S. (2021). Peace, protest and precarity: Making conceptual sense of young people's non-violent dissent in a period of intersecting crises. *Journal of Applied Youth Studies*, 4(5), 493-510. <https://doi.org/10.1007/s43151-021-00067-z>
- Brown, M. et al. (2024). Walking forward together - The next step: Indigenous youth, mental health, and the climate crisis. *Psych*, 6(1), 210-220. <https://doi.org/10.3390/psych6010013>
- Daly, A. (2024). Child and youth friendly justice for the climate crisis: Relying on the UN Convention on the Rights of the Child. *The International Journal of Children's Rights*, 32(3), 632-661. <https://doi.org/10.1163/15718182-32030002>
- Fambasayi, R. & Addaney, M. (2021). Cascading impacts of climate change and the rights of children in Africa: A reflection on the principle of intergenerational equity. *African Human Rights Law Journal*, 21(1), 29-51. <https://doi.org/10.17159/1996-2096/2021/v21n1a3>
- Hernández, M. & Morote, A-F. (2022). What do school children know about climate change? A social sciences approach. *Social Sciences*, 11(4), 179. <https://doi.org/10.3390/socsci11040179>
- Hickman, C. et al. (2021). Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: a global survey. *The Lancet Planetary Health*, 5(12), e863-e873. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)
- Kotera, Y. et al. (2024). Climate change anxiety among parents of school-aged children in the UK: experience as a common predictor of cognitive-emotional and functional impairments. *International Journal of Spa and Wellness*, 8(1), 125-130. <https://doi.org/10.1080/24721735.2024.2409466>
- Kotzé, L. & Knappe, H. (2022). Youth movements, intergenerational justice, and climate litigation in the deep time context of the Anthropocene. *Environmental Research Communications*, 5(2), 025001. <https://doi.org/10.1088/2515-7620/aca21>
- Lewis, B. (2021). Children's human rights-based climate litigation at the frontiers of environmental and children's rights. *Nordic Journal of Human Rights*, 39(2), 180-203. <https://doi.org/10.1080/18918131.2021.1996002>
- Lykins, A. D. et al. (2023). Australian youth mental health and climate change concern after the black summer bushfires. *EcoHealth*, 20(1), 3-8. <https://doi.org/10.1007/s10393-023-01630-1>
- Mackay, M., Parlee, B. & Karsgaard, C. (2020). Youth engagement in climate change action: case study on indigenous youth at COP24. *Sustainability*, 12(16), 6299. <https://doi.org/10.3390/su12166299>
- Matsekoleng, T.K. & Awshar, M.T. (2020). Improved attitudes towards littering through progressive action research activities in an environmental education context. *Asia-Pacific Journal of Teacher Education*, 50(1), 51-68. <https://doi.org/10.1080/1359866X.2020.1793906>
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC). (2024). *Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Tradução: Rede CLIMA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Brasília: MCTI, 184 p.*
- Provenzi, L. et al. (2024). Climate change challenge faced by Italian children: a nationwide study. *Healthcare*, 12(17), 1797. <https://doi.org/10.3390/healthcare12171797>
- Ritchie, J. (2021). Movement from the margins to global recognition: climate change activism by young people and in particular Indigenous youth. *International Studies in Sociology of Education*, 30(1-2), 53-72. <https://doi.org/10.1080/09620214.2020.1854830>
- Squires, E., Whiting, L. & Petty, J. (2024). Effects of climate change on the health of children and young people. *Nursing Standard*, 39(4), 60-65. <https://doi.org/10.7748/ns.2024.e12308>
- Thew, H., middlemiss, L. & Paavola, J. (2020). "Youth is not a political position": Exploring justice claims-making in the UN climate change negotiations. *Global Environmental Change*, 61, 102036.

Thew, H., middlemiss, L. & Paavola, J. (2021). Does youth participation increase the democratic legitimacy of UNFCCC-orchestrated global climate change governance. *Environmental Politics*, 30(6), 873-894. <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1868838>

Trott, C. D. (2024). “It can’t just be the younger people”: exploring young activists’ perspectives on intergenerational tensions and solidarities for climate justice. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 34(6), e70001. <https://doi.org/10.1002/casp.70001>

Trott, C. D. & Weinberg, A. (2020). Science education for sustainability: Strengthening children’s science engagement through climate change learning and action. *Sustainability*, 12(16), 6400. <https://doi.org/10.3390/su12166400>

Udas, P.B. et al. (2021). What can we learn from rural youth in British Columbia, Canada? *Environment and climate change - issues and solutions*. *Sustainability*, 13(24), 13562. <https://doi.org/10.3390/su132413562>

Vercammen, A. et al. (2023). Investigating the mental health impacts of climate change in youth: design and implementation of the international changing worlds study. *Challenges*, 14(3), 34. <https://doi.org/10.3390/challe14030034>

Vergunst, F, et al. (2024). Association of youth climate change worry with present and past mental health symptoms: a longitudinal population-based study. *Climatic Change*, 177(10), 153. <https://doi.org/10.1007/s10584-024-03807-1>

Vilá, B., Arzamendia, Y. & Rojo, V. (2020). Environmental education as a means for valuing and conserving camelids and pastoralism in the Argentinean Altiplano of Jujuy. *Mountain Research and Development*, 40(4), D39. <https://doi.org/10.1659/mrd-journal-d-20-00009.1>

Wielk, E. & Standlee, A. (2021). Fighting for their future: an exploratory study of online community building in the youth climate change movement. *Qualitative Sociology Review*, 17(2), 22-37. <https://doi.org/10.18778/1733-8077.17.2.02>

Yona, L. et al. (2020). Applying a leverage points framework to the United Nations climate negotiations: The (dis)empowerment of youth participants. *Elementa: Science of the Anthropocene*, 8, 36. <https://doi.org/10.1525/elementa.433>

Zurba, M. et al. (2024). “I start to doubt whether any of my actions will matter”: youth activists’ experiences and expressions of the emotions associated with climate change. *Climatic Change*, 177(6), 100. <https://doi.org/10.1007/s10584-024-03757-8>

## Notas

<sup>1</sup> O referido estudo de caso vem trabalhando a partir de dados e análises que compõem o relatório *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil*, elaborado no âmbito do projeto “Jovens e Mudanças Climáticas no Brasil”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da Fundação José Luiz Egydio Setúbal e da Nova Institute for Health, e com a parceria da Associação Cidade Escola Aprendiz. Fazem parte da equipe: Irene Rizzini (coordenação), Maria Cristina Bó (coordenação executiva), Malcolm Bush (consultoria internacional), Renata Brasil, Carolina Terra e Mariana Menezes (pesquisa).

<sup>2</sup> O levantamento realizado para o desenvolvimento da base bibliográfica “Adolescentes, Jovens e Mudanças Climáticas – Produção Acadêmica Nacional e Internacional (2020-2024)” é mais amplo e inclui mudanças climáticas, justiça climática e educação ambiental, com foco em crianças, adolescentes e jovens. A descrição completa da metodologia utilizada, bem como todos os artigos, está disponível no site do CIESPI/PUC-Rio ([www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br)).

<sup>3</sup> Entre os editores internacionais presentes na base consultada, destacam-se Elsevier, Wiley, Taylor & Francis, Springer, SAGE, Nature Portfolio, Cambridge University Press e Routledge.



**DSS** Departamento de  
Serviço Social



**Toronto  
Metropolitan  
University**



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro